



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo Nº 000328/2011

ABERTURA: 15/4/2011 - 11:05:02

REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

DESTINO: GABINETE- PRESIDENTE

ASSUNTO: PROJETO DE LEI

DESCRIÇÃO: "DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Paulo Cesar Macedo Ferraz

Assessor Tcn. de Protocolo
Patrimônio e Almoxarifado

PROTOCOLISTA

Tramitação	Data
Suplente	25/04/11
Comissões	__/__/__
Justiça - Votação	02/05/11
do parecer	02/06/11
Indicações - Votação	__/__/__
do parecer	02/06/11
Votação de todo	__/__/__
o projeto	02/06/11
Retirado de pauta	__/__/__
for	06/06/11
Votação de todo	__/__/__
o projeto	29/06/11

Abreviado



Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 000328/2011

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
PARA A ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, visando como determina sua Ementa, **"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

A competência encontra-se estabelecida no inciso XI, do art. 58 da Lei Orgânica do Município, e, não há qualquer óbice que possa impedir o andamento do presente Projeto de Lei, haja vista, tratar-se de matéria de competência exclusiva do Poder Executivo, estando ainda em consonância com o ordenamento jurídico vigente.

É importante frisar que as diretrizes orçamentárias ora propostas coadunam com o Plano de Governo objetiva o desenvolvimento equilibrado entre regiões. Os programas de atendimento às necessidades básicas dos setores educacionais, de ação social, habitacional e de saúde, continuam a merecer no exercício de 2012, prioridade. Assim, a criança, o adolescente e o segmento social carente, constituem os primeiros beneficiários da ação governamental.



Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"

A votação deverá ser efetivada pelo voto da **MAIORIA SIMPLES**, de acordo com a previsão contida no parágrafo único do art. 180 do Regimento Interno desta Casa de Leis. No que tange ao processo de votação, deverá ser observado o **PROCESSO SIMBÓLICO**, como dispõe o inciso I, do artigo 191 do mesmo diploma legal.

Assim, a **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto em destaque, é de parecer favorável à sua aprovação, por ser **CONSTITUCIONAL**, já que atende ao disposto no artigo 165, §2ª, da Constituição Federal, no inciso II e §§ 2º e 10, do artigo 119, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, que regula a LDO, tudo de conformidade com o parecer da **PROCURADORIA** desta Edilidade.

É o parecer, salvo melhor juízo de Vossas Excelências.

Plenário "Joaquim Calmon", aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e onze.


MILTON SIMON BAPTISTA
Presidente


ADERBAL PEDRO PEREIRA PONTES
Relator


ELIEZER SANTOS DE OLIVEIRA
Membro



Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"
PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei nº 000328/2011

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
PARA A ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, visando como dispõe sua Ementa **"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Registre-se que no presente Projeto de Lei estão compreendidas as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, a organização e estrutura dos orçamentos, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações, e as diretrizes para a execução da Lei Orçamentária Anual.

Observa-se também que a proposta vem propor que os orçamentos sejam elaborados com base a preços de abril de 2011, com a utilização do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, servido como base para atualizar os valores da Lei Orçamentária de 2011.



Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Assim, a Comissão de Finanças e desta Casa de Leis, reunida com a maioria de seus Membros, é de parecer favorável à aprovação da matéria em destaque, tudo de conformidade com o parecer da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** desta Casa de Leis.

É o Parecer, salvo melhor Juízo de Vossas Excelências.

Plenário "Joaquim Calmon", aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e onze.


JOSÉ MAURO JUCA GOMES E GAMA
Presidente


FRANCISCO TARCISIO SILVA
Relator


RENATO RANGEL LOUREIRO
Membro



Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PARECER DA PROCURADORIA

Projeto de Lei nº 000328/2011

**"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
PARA A ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, visando como determina sua Ementa, **"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

A competência encontra-se estabelecida no inciso XI, do art. 58 da Lei Orgânica do Município, e, não há qualquer óbice que possa impedir o andamento do presente Projeto de Lei, haja vista, tratar-se de matéria de competência exclusiva do Poder Executivo, estando ainda em consonância com o ordenamento jurídico vigente.

É importante frisar que as diretrizes orçamentárias ora propostas coadunam com o Plano de Governo objetiva o desenvolvimento equilibrado entre regiões. Os programas de atendimento às necessidades básicas dos setores educacionais, de ação social, habitacional e de saúde, continuam a merecer no exercício de 2012, prioridade. Assim, a criança, o adolescente e o segmento social carente, constituem os primeiros beneficiários da ação governamental.



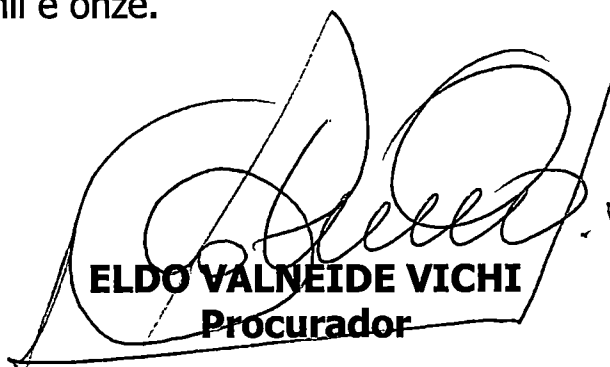
Câmara Municipal de Linhares
Palácio Legislativo "Antenor Elias"

A votação deverá ser efetivada pelo voto da **MAIORIA SIMPLES**, de acordo com a previsão contida no parágrafo único do art. 180 do Regimento Interno desta Casa de Leis. No que tange ao processo de votação, deverá ser observado o **PROCESSO SIMBÓLICO**, como dispõe o inciso I, do artigo 191 do mesmo diploma legal.

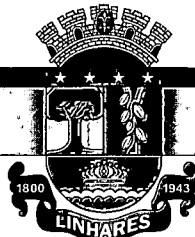
Assim, a **PROCURADORIA** da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto em destaque, é de parecer favorável à sua aprovação, por ser **CONSTITUCIONAL**, já que atende ao disposto no artigo 165, §2ª, da Constituição Federal, no inciso II e §§ 2º e 10, do artigo 119, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, que regula a LDO.

É o parecer, salvo melhor juízo de Vossas Excelências.

Plenário "Joaquim Calmon", aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e onze.



ELDO VALNEIDE VICHÍ
Procurador



GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº. 017/2011

Linhares-ES, 14 de abril de 2011.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E NOBRES VEREADORES:

Observando o que dispõe a legislação em vigor, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre as **Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2012**.

Estão compreendidas, neste projeto, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal; a organização e estrutura dos orçamentos; as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações; e as diretrizes para a execução da Lei Orçamentária Anual.

Desse modo, é importante enfatizar que as diretrizes ora propostas coadunam-se perfeitamente com o Plano de Governo, cujo principal objetivo é desenvolvimento equilibrado entre as regiões. Os programas de atendimento às necessidades básicas dos setores educacionais, de ação social, habitacional e de saúde, continuam a merecer, no exercício de 2012, a nossa prioridade. Com isso, a criança, o adolescente e o segmento social menos abastado, constituem os beneficiários primeiros da nossa ação de governo.

Cumprê destacar, ainda, que a execução da presente proposta orçamentária representa a manutenção de todos os compromissos políticos assumidos com a comunidade, visando materializar ações para que todos os segmentos da sociedade desfrutem de melhores dias.

Propõe-se sejam os orçamentos elaborados a preços de abril de 2011, utilizando-se o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), para atualizar os valores da Lei Orçamentária de 2012.

Destaco, nesta oportunidade, a importância do entrosamento dos Poderes Legislativo e Executivo para aprovarem sem emenda, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ora encaminhado, permitindo a elaboração do Orçamento Anual de 2012.

As disposições constitucionais e as legislações pertinentes sobre esta matéria estão em perfeita sintonia com o texto ora proposto, que expressa, com clareza, as principais metas que pretendo alcançar no próximo ano, razão pela qual solicito a Vossa Excelência e a seus dignos Pares, aprová-lo como proposto, em caráter de urgência, conforme legislação em vigor.

Respeitosamente,



GUERINO LUIZ ZANON
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 017, DE 14 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012, e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo Nº 000328/2011

ABERTURA: 15/4/2011 - 11:05:02

REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

DESTINO: GABINETE- PRESIDENTE

ASSUNTO: PROJETO DE LEI

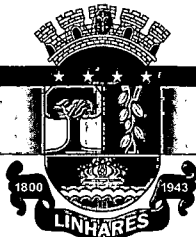
DESCRIÇÃO: "DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Pinto Cesar Macedo Ferruz
Assessor Téc. de Protocolo
Patrimônio e Almoxarifado

PROTOCOLISTA

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no Inciso II e nos § 2º e 10, do artigo 119, da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Linhares, para o exercício de 2012, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município e suas alterações;
- IV - as diretrizes para execução da Lei Orçamentária Anual;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições finais.



CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2012 deverão observar os eixos estratégicos estabelecidos pelo governo municipal.

§ 1º Os eixos estratégicos que orientarão os programas e ações serão:

I - fortalecimento da democracia com participação popular plena e gestão transparente;

II - políticas de desenvolvimento sistêmicas, com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade;

III - Desenvolvimento equilibrado entre as microrregiões que compõe o município

§ 2º As prioridades e metas, estabelecidas a partir dos eixos estratégicos, são:

I - Plena divulgação dos atos públicos e interação dos processos entre governo e população, favorecendo os mecanismos de controle social;

II - Maximizar procedimentos, a relação com o contribuinte e implantar políticas permanentes de desenvolvimento dos servidores públicos;

III - Renovar as práticas de manutenção da cidade, com ações participativas e descentralizadas;

IV - Ampliar o acesso à moradia na cidade e no campo e aumentar o número de imóveis e terrenos regularizados;

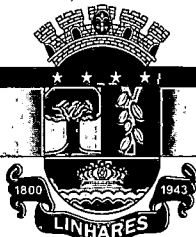
V - Urbanizar áreas de ocupação irregular, revitalizar áreas da cidade que impactam na dinâmica e qualidade de vida das pessoas, incluindo políticas de ocupação de vazios urbanos;

VI - Promover o controle e a proteção ambiental por meio da educação, licenciamento, fiscalização, gestão de resíduos sólidos urbanos, recuperação de áreas degradadas, ampliar o índice de coleta e tratamento de esgoto e direcionar a gestão municipal para a consciência ambiental no uso de materiais e padrão das obras públicas;

VII - Facilitar a acessibilidade e a mobilidade urbana, melhorando a interligação entre os bairros, expandindo e conservando a malha viária, aumentando do número de usuários de ciclovias e melhorando o sistema de trânsito central;

VIII - Ampliar o número de vagas na educação infantil e manter a universalização do ensino fundamental indiscriminado, melhorando as estruturas e a qualidade dos serviços;

IX - Viabilizar o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e da sociedade digital;



X - Expandir o curso médio e profissionalizante, ampliar oportunidades de acesso ao ensino superior e melhorar o ensino voltado para as famílias das áreas rurais;

XI - Estimular os pequenos empreendimentos, a formação e o desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda para as famílias da área urbana e rural;

XII - Desenvolver projetos para o setor industrial, aproveitando as possibilidades do gás produzido em Cacimbas e aprofundar os estudos de implantação de novas indústrias;

XIII - Consolidar o Município para o turismo de negócios e de lazer promovendo atrativos turísticos e melhoria na infraestrutura turística;

XIV - Ampliar, adequar, melhor e interligar a rede de assistência social, promovendo a proteção com objetivo de emancipação social;

XV - Melhorar as condições de promoção da saúde desde a prevenção até a ampliação do acesso aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada;

XVI - Otimizar mecanismos de promoção à cultura da paz, promovendo ações preventivas de segurança, integrando-se às demais esferas do governo com qualificação da guarda;

XVII - Alavancar o desenvolvimento de políticas que tenham a cultura como um centro impulsionador do desenvolvimento das potencialidades humanas, criando formas de estimular o acesso aos bens e equipamentos culturais, a criação e o conhecimento;

Art. 3º Observadas as prioridades definidas no Artigo anterior, as metas programáticas correspondentes terão precedência na alocação dos recursos orçamentários de 2012 e as estabelecidas no Plano Plurianual (2010-2013).

CAPÍTULO II

Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e da seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, explicitando para cada projeto e atividade, as respectivas metas e valores das despesas por grupo e modalidade de aplicação.

§ 1º A classificação funcional-programática seguirá o disposto na portaria nº 42, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14.04.99.

§ 2º Os Programas, classificadores da ação Governamental, pelos quais os objetivos da Administração se exprimem, são aqueles constantes do Plano Plurianual 2010-2013 e suas alterações.



§ 3º Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a portaria interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- a) pessoal e encargos sociais (1);
- b) juros e encargos da dívida (2);
- c) outras despesas correntes (3);
- d) investimentos (4);
- e) inversões financeiras (5);
- f) amortização da dívida (6).

§ 4º A reserva de contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo.

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resultam um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, atendidos estes como os de maior nível de classificação institucional.

Art. 6º Cada Programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 7º Cada atividade e projeto identificarão a função, a subfunção, o Programa de Governo, a unidade e o Órgão Orçamentário, às quais se vinculam.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, conforme a Legislação vigente, até o dia 31 (trinta e um) de outubro de 2011, será elaborado atendendo ao disposto nas Portarias nºs. 42, de 14 de abril de 1999, 163 de 04 de maio de 2001 e a 248 de 28 de abril de 2003.

Art. 9º Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Municipais, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.



Art. 10 Para efeito do disposto no Artigo 9º, desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará sua Proposta Orçamentária para o exercício de 2011, para fins de análise e consolidação até o dia 1º de outubro de 2011; e será elaborado em conformidade com o que estabelece as Portarias n.ºs. 42, de 14 de abril de 1999, 163, de 04 de maio de 2001 e 248, de 28 de abril de 2003.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Artigo 29-A, da Emenda Constitucional n.º 58, de 23 de setembro de 2009, será de 6%, o total máximo da despesa do Poder Legislativo, em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no Parágrafo 5º, do Artigo 153, e nos Artigos 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente arrecadados no ano de 2011.

Art. 11 Os orçamentos fiscais e de seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, segundo a classificação por função e subfunção, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando, para cada uma, o elemento a que se refere a despesa.

§ 1º As categorias de programação de que trata o caput deste artigo serão identificados por projetos ou atividades.

§ 2º As modificações propostas nos termos do Artigo 166, Parágrafo 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos orçamentários da proposta original.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração do Orçamento do Município e suas Alterações

Art. 12 As Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município têm por objetivo a sua elaboração e execução visando garantir o equilíbrio entre receita e despesa em conformidade com o inciso I, alínea "a", do artigo 4º, da Lei Complementar 101.

I - as receitas e despesas do programa de trabalho deverão obedecer à classificação constante do Anexo I, da Lei n.º. 4320, de 17 de março de 1964 e de suas alterações;

II - as receitas e despesas serão orçadas a preços de março de 2011 e poderão ter seus valores corrigidos na Lei Orçamentária Anual, pela variação de preços ocorrida no período compreendido entre os meses de abril e outubro de 2011, medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas - **IGPM - FGV**, e os projetados para dezembro de 2011, ou por outro índice oficial que vier substituí-lo.

Parágrafo único. Os processos de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária e de execução do orçamento deverão ser realizados de modo a promover a transparência do gasto público, inclusive por meio eletrônico, observando-se, também, o princípio da publicidade, favorecendo o acompanhamento e o cumprimento da LC 131/2009.



Art. 13 Na programação da despesa serão observadas restrições:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - não poderão ser incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do parágrafo 3º, do art. 167, da Constituição Federal e no parágrafo 3º, do artigo 121, da Lei Orgânica Municipal;

III - o Município poderá contribuir para custeio de despesa de competência de outros entes da Federação, quando atendido o disposto no art. 62, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

IV - é vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Pública Municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de Direito Público ou Privado, nacionais ou internacionais, pelo órgão ou por entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado.

Art. 14 A programação dos investimentos para o exercício de 2012, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em execução, ressalvados aqueles custeados com recursos de convênios específicos, observando a contrapartida.

I - somente serão incluídos, na lei orçamentária, os investimentos para os quais tenham sido previstas, no Plano Plurianual (2010-2013), ações que assegurem sua manutenção;

II - os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 15 O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual (2010-2013), que tenham sido objeto de projetos de lei.

Art. 16 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 17 As dotações nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de Projetos na Lei Orçamentária Anual do Município.

Art. 18 É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos, para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Art. 19 Poderá ser consignada dotação para Reserva de Contingência em valor não superior a 1% (um por cento), no máximo, da receita corrente líquida, definida no artigo 20, desta Lei.



Art. 20 Considerando o parágrafo único do artigo 8º, da Lei Complementar n.º 101, fica entendido como receita corrente líquida a definição estabelecida no artigo 2º, inciso IV, da citada Lei, excluindo das transferências correntes os recursos de convênios, inclusive seus rendimentos, que tenham vinculação à finalidade específica.

Art. 21 Ficam as seguintes despesas sujeitas à limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas nos Artigos 9º e 31, Inciso II, § 1º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000:

I - despesas com obras e instalações, aquisição de imóveis e compra de equipamentos e materiais permanentes;

II - despesas de custeio não relacionadas aos projetos prioritários.

Parágrafo único. Não serão passíveis de limitação às despesas concernentes às ações nas áreas de educação e saúde, desde que para garantia dos serviços prestados à população.

Art. 22 No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e de movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, do art. 31, da Lei Complementar n.º 101/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na lei orçamentária anual, e indicará sobre “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras”.

Art. 23 A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecida em anexo, deverá, ainda, manter superavitária a receita corrente frente à despesa corrente, com a finalidade de comportar a programação de investimentos.

Art. 24 As alterações no Quadro de Detalhamento de Despesa, no nível do elemento de despesa, observados os mesmos grupos de despesa, categoria econômica, modalidade de aplicação, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser procedidas para atender necessidades de execução.

§ 1º As alterações, para efeitos do caput deste artigo, compreendem transferências de saldos orçamentários entre elementos de despesa, facultada a inserção de elemento de despesa.

§ 2º Caberá ao Secretário de Planejamento, por meio de Portaria, instituir as referidas alterações.

Art. 25 As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesa, podendo ser modificados independentemente de nova publicação.

CAPÍTULO IV

Das Disposições sobre alterações da Legislação Tributária

Art. 26 Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual à Câmara Municipal, que impliquem excesso de arrecadação em relação à



estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, nos termos da Lei n.º. 4.320, de 17 de março de 1964, no decorrer do exercício de 2012.

Parágrafo único. As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, Taxas de Limpeza Pública, coleta de lixo e contribuição para custeio da Iluminação Pública, deverão constituir objeto de projeto de lei a ser enviado a Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimento do Município.

Art. 27 Quaisquer projetos de leis que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - atendimento do art. 14, da Lei Complementar n.º. 101, de 04 de maio de 2000;

II - demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 28 As despesas totais com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo no exercício de 2012, observarão o estabelecido nos Artigos 19, 20 e 71, da Lei Complementar n.º.101, de 04 de maio de 2000 e terão por base a despesa da folha de pagamento de março de 2011, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive alterações de plano de carreira e admissões para preenchimento de cargos.

Art. 29 A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivos e Legislativo, somente serão admitidos se, cumulativamente:

I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - observarem os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar n.º. 101, de 2000;

III - observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. O reajustamento de remuneração de pessoal deverá respeitar as condições estabelecidas nos incisos I, II e III, deste artigo.



CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 30 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sua adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Art. 31 O projeto de Lei Orçamentária Anual será devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

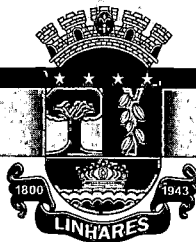
Parágrafo único. Na hipótese de o projeto de que trata o caput deste artigo não ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a programação constante no projeto poderá ser executada em cada mês, no limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentária, na forma da proposta enviada à Câmara, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º Os valores da receita e despesa que constarem do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2012, poderão ser atualizados em conformidade com o que estabelece o Art. 15, Inciso II desta Lei.

§ 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentado em sua totalidade, as dotações para atender despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida;
- III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operação de crédito ou de transferências da União e do Estado;
- V - categoria de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aqueles recursos previstos no inciso anterior;
- VI - benefícios previdenciários a cargo do IPASLI;
- VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2011 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2012;
- VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada.



Art. 32 É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 4.320/64, e que atendam as seguintes condições:

I - comprovante pertinente à pesquisa do concedente junto aos seus arquivos e aos cadastros a que tiver acesso, em especial ao Cadastro Informativo - CADIN/ES ou do SIAFEM, demonstrando que não há quaisquer pendências do convenente junto ao Estado, e às entidades da administração pública estadual direta ou às entidades a elas vinculadas;

II - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e que possuam, para as que atuam na área de assistência social, comprovante da declaração atualizada do Registro do Conselho Municipal de Assistência Social ou do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, salvo nas demais áreas de atuação governamental que deverão apresentar registro ou certificado dos órgãos competentes.

§ 1º As entidades aptas a receberem recursos a título de subvenções sociais, a que se refere o "caput" deste artigo, serão definidas em anexo integrante da Lei Orçamentária de 2011 e deverão estar listadas nominalmente e por município, inclusive as beneficiadas com emendas parlamentares.

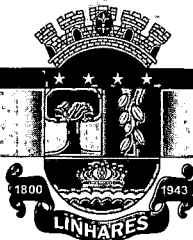
§ 2º Todas as entidades que sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei Federal nº 9.790, de 23.3.1999, estão aptas a receber subvenção social que atendam à legislação em vigor e os incisos deste artigo.

Parágrafo único. A transferência de recursos, de que trata o artigo, que não tiver sido autorizada em lei específica, que a entidade não estiver nominalmente identificada, em anexo, da Lei Orçamentária de 2011 ou quando a escolha não houver sido precedida de chamamento público, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá o objeto, o prazo do convênio ou instrumento congêneres e a justificativa para a escolha da entidade.

Art. 33 O Poder Executivo publicará no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da Despesa QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivos projetos e atividades.

Parágrafo único. Em observância à Lei Complementar 131/2009, a LOA e seus anexos será disponibilizada no site www.linhares.es.gov.br, até o prazo de 30 dias após sua publicação e sua execução poderá ser acompanhada em tempo real.

Art. 34 Em atendimento a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, Lei Complementar nº 131 de maio de 2009 e a Lei Orgânica Municipal, a elaboração do orçamento deverá contar com a participação popular.



Art. 35 Estende-se, para efeito do § 3º, do Art. 16, de Lei Complementar nº. 101, de 2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos Incisos I e II, do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 36 Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício financeiro de 2011, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2012, conforme o disposto no § 2º, do Art. 167, da Constituição Federal.

Art. 37 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze.


GUERINO LUIZ ZANON
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

ANEXO I

Art. 4º Lei Complementar 101/2000.

§ 1º Metas anuais, relativas a Receita, Despesa, Resultado Nominal e Primário e Montante da Dívida Pública (Valores Correntes e Constantes).

§ 2º O anexo conterà ainda:

I - Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior;

II - Memória e Metodologia de Cálculo;

III - Evolução do Patrimônio Líquido;

IV - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Linhares.

V - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; demonstrativo da estimativa de renúncia de receita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

ANEXO I

METAS FISCAIS

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2012

ANEXO I - METAS FISCAIS

Art. 4º § 1º - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

R\$ 1,00 valores correntes de março/2011.

Descrição	2012	2013	2014
1 - Receita Total	322.522.896	334.537.712	365.147.912
2- Receita Primária	318.772.896	330.487.820	360.727.455
3- Despesa Total	322.522.896	334.537.712	365.147.912
4 - Despesa Primária	316.565.297	330.227.939	360.443.795
5 - Resultado Primário	2.207.599	259.773	283.660
6 - Resultado Nominal	(4.199.773)	(5.347.690)	(5.837.003)
7 - Estoque da Dívida	22.111.713	16.764.023	10.927.020



ANEXO I - METAS FISCAIS

Art. 4º § 1º - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

R\$ 1,00 valores constantes

Descrição	2012	2013	2014
1 - Receita Total	307.223.181	304.625.054	318.100.803
2 - Receitas Primárias	303.651.072	300.937.283	314.249.895
3 - Despesa Total	307.223.181	304.625.054	318.100.803
4 - Despesa Primária	301.548.196	300.700.639	314.002.783
5 - Resultado Primário	2.102.876	236.643	247.111
6 - Resultado Nominal	(4.000.545)	4.869.526	(5.084.940)
7 - Estoque da Dívida	21.062.786	15.265.069	9.519.139

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010

O orçamento consolidado do ano de 2010 do Município de Linhares foi estimado, de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 2905/09, em R\$ 295.000.000,00. O valor realizado foi R\$ **330.057.082,00** (base dez.10), obtendo um aumento da receita nominal prevista em 11,88%.

Atualizando o valor estimado para a mesma base (dez. 10), temos o valor de R\$ 330.665.500,00, o que representa uma pequena queda real de 0,18%. Se a comparação for feita com base nos valores reais arrecadados em 2009 e 2010, deflacionados pelo IPCA, o aumento do orçamento alcança o percentual de 5,86% ou, em termos monetários, R\$ 18.171.136,00.

Com relação aos grupos de receita, o peso da receita tributária sobre o total da receita corrente passou de 17,51% em 2010 para 14,26% em 2011, estimadas pelas respectivas Leis Orçamentárias. A receita auferida, no entanto, obteve um crescimento 22,35% se observados com relação a 2009. A receita de capital passa de 3,67% para 8,92%, também observando as estimativas das Leis Orçamentárias. Isso se deve à necessidade de manter o funcionamento dos serviços públicos, permitindo, em termos relativos, a previsão de aumento do peso do investimento sobre a receita total do município, para o ano de 2011.



A despesa total atingiu R\$ 320.544.461,87, no consolidado, com variação positiva de 8,65% ante a despesa prevista. A despesa total engloba o somatório das despesas de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, investimentos, etc., ou seja, todas as saídas financeiras que modificam o patrimônio financeiro.

O permanente monitoramento da arrecadação municipal foi decisivo para as ações de controle do gasto, com vistas a o cumprimento das metas fiscais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

ANEXO I - METAS FISCAIS

Memórias e Metodologia do Cálculo

(art. 4, parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).

As estimativas dos valores a serem arrecadados no exercício de 2012 foram realizadas basicamente de acordo com a proposta orçamentária aprovada para o exercício de 2011. Além disso, informações advindas de todas as unidades orçamentárias foram acolhidas, especialmente quanto àquelas receitas oriundas de possíveis convênios e/ou transferências. Dados referentes ao acompanhamento da situação do município no cenário estadual também foram avaliados, principalmente devido às grandes variações previstas nas quotas parte do ICMS com a efetivação dos V.A.F. relativos à indústria do petróleo e gás.

Para os anos seguintes, 2013 e 2014, projetamos a receita a partir da inflação, do crescimento da riqueza do país e Estado, além dos esforços fiscais e continuidade dos projetos de captação de recursos externos, conforme pode ser descrito nas tabelas de metas abaixo.

Na análise das despesas, foram avaliados principalmente os gastos com pessoal e encargos, além de outros gastos não voluntários, tais como precatórios e serviço da dívida. A partir deste montante, verificou-se a disponibilidade de recursos quando deduzidos da arrecadação, a serem utilizados em todos os demais gastos correntes (mormente despesas de custeio da máquina administrativa), investimentos e contribuições/auxílios. A evolução da análise da despesa para os anos seguintes incluiu tanto o aumento da presença do poder público ao longo do território municipal, essencialmente nas áreas de saúde e educação, quanto a maior eficiência dos gastos, baseadas em melhorias na gestão dos processos rotineiros da administração pública.



**Anexo Metas Fiscais - Inciso I, § 2º, art. 4º,
Lei Complementar 101/2000 de 04/05/2000**

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

Subsidiando tecnicamente as projeções que constam do Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária, para o exercício de 2012, apresentamos a base metodológica, bem como a memória de cálculo utilizada na composição dos valores informados, com base nos seguintes percentuais de previsão de inflação e projeção de crescimento real:

Projeção do Crescimento Real e Nominal			
ANO	Inflação	Cresc. Real	Resultado Nominal
2012	4,98%	4,34 %	9,32%
2013	4,61%	4,56%	9,17%
2014	4,53%	4,62%	9,15%

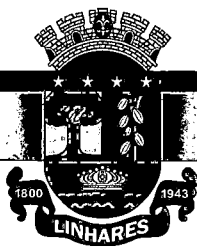
As projeções de inflação e de crescimento do real seguem as perspectivas de comportamento do IPCA e de expansão do PIB projetadas pelo BACEN - posição 31/03/2011.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Art. 4º, § 2º, Inciso III - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
EM R\$ 1,00**

Patrimônio Líquido	2008		2009		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio Reserva	30.006.196,81	19,7%	7.648.674,93	4,8	78.429.097,58	32,94
Resultado Acumulado	151.758.366,00	100,0	159.407.040,93	100,0	238.093.867,04	100,0
TOTAL	151.758.366,00	100,0	159.407.040,93	100,0	238.093.867,04	100,0



ANEXO DE METAS FISCAIS

**Art. 4º e § 2º, Inciso III – Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000
(Lei de Responsabilidade Fiscal)**

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A
ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Em R\$1,00

	2008	2009	2010
	Valor	Valor	Valor
Receitas de Capital	10.200.427,50	4.518.929,05	7.423.545,93
Alienação de Ativos	0,00	980.050,00	0,00
Despesas de Capital	61.999.639,47	38.482.167,42	49.264.651,57



Art. 4º e § 2º, Inciso IV – Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Avaliação financeira e atuarial do Regime de Previdência dos Servidores do Município de Linhares

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, Inciso II)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS R. PERÍODO	ATÉ O PERÍODO/2010	1,00 ATÉ O PERÍODO/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO	5.438.300,00	10.851.823,29	10.851.723,29	10.851.723,29	9.190.576,63
RECEITAS CORRENTES	5.323.300,00	10.126.345,62	10.126.345,62	10.126.345,62	8.265.500,69
Receita de Contribuições	5.323.300,00	6.074.107,98	6.074.107,98	6.074.107,98	5.157.391,97
Pessoal Civil	5.323.300,00	6.074.107,98	6.074.107,98	6.074.107,98	5.157.391,97
Contribuição de Servidor Ativo Civil	5.180.000,00	5.929.705,31	5.929.705,31	5.929.705,31	5.157.391,97
Contribuição de Servidor Inativo Civil	50.000,00	66.309,78	66.309,78	66.309,78	
Contribuição de Pensionista Civil	2.500,00	78.092,89	78.092,89	78.092,89	
Receita Patrimonial	75.700,00	3.578.611,85	3.578.611,85	3.578.611,85	2.584.440,40
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários	75.700,00	3.578.611,85	3.578.611,85	3.578.611,85	2.584.440,40
Outras Receitas Patrimoniais					
Outras Receitas Correntes	100,00	100,00	100,00	100,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Outras Receitas Correntes	100,00	100,00	100,00	100,00	
RECEITAS DE CAPITAL	115.000,00	725.477,67	725.477,67	725.477,67	925.075,94
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos	115.000,00	725.477,67	725.477,67	725.477,67	925.075,94
Outras Receitas de Capital					
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	9.000.200,00	10.518.869,54	10.518.869,54	10.518.869,54	9.110.816,12
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT					
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT					
OUTROS APORTES AO RPPS (V)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (I + II + III + IV + V)	14.438.500,00	21.370.692,83	21.370.692,83	21.370.692,83	18.301.392,75
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			NO PERÍODO	ATÉ O PERÍODO/2010	ATÉ O PERÍODO/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	14.433.500,00	13.226.500,00	12.261.487,49	12.261.487,49	10.447.588,34
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.433.500,00	13.226.500,00	12.261.487,49	12.261.487,49	10.447.588,34
Pessoal Civil	14.005.000,00	13.003.000,00	12.109.516,92	12.109.516,92	10.312.055,15
Aposentadorias	10.000.000,00	10.000.000,00	9.783.268,53	9.783.268,53	8.185.866,36
Pensões	4.000.000,00	3.000.000,00	2.324.124,84	2.324.124,84	2.124.906,22
Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00	3.000,00	2.123,55	2.123,55	1.282,57
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VII + VIII + IX)	14.438.500,00	13.231.500,00	12.261.487,49	12.261.487,49	10.447.588,34
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO		8.139.192,83	9.108.905,34	9.108.905,34	7.853.804,41
SALDOS DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	PERÍODO ANTERIOR		PERÍODO REFERÊNCIA		
				2010	2009
Caixa					
Bancos Conta Movimento	1.919.740,43		0,13	0,13	1.919.740,43
Investimentos	28.955.162,33		39.981.811,94	39.981.811,94	28.955.162,33
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	ATÉ O PERÍODO/2010	ATÉ O PERÍODO/2009
RECEITAS CORRENTES	9.000.200,00	10.518.869,54	10.518.869,54	10.518.869,54	9.110.816,12
Receita de Contribuições	9.000.200,00	10.518.869,54	10.518.869,54	10.518.869,54	9.110.816,12
Pessoal Civil	9.000.000,00	10.518.869,54	10.518.869,54	10.518.869,54	9.110.816,12
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	9.000.000,00	10.518.869,54	10.518.869,54	10.518.869,54	9.065.223,33
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	100,00	100,00			
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	100,00	100,00			45.592,79
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.000.200,00	10.518.869,54	10.518.869,54	10.518.869,54	9.110.816,12

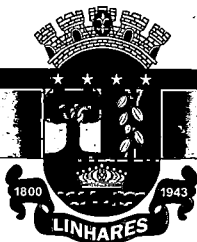


PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO
	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	FINANCEIRO DO
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	EXERCÍCIO
				(d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2010	17.509.754,73	11.570.168,09	5.939.586,64	37.812.898,85
2011	17.702.805,38	12.451.894,88	5.250.910,50	45.332.583,28
2012	17.690.809,31	13.386.413,34	4.304.395,97	52.356.934,25
2013	17.924.652,94	14.544.949,46	3.379.703,48	58.878.053,79
2014	17.922.199,64	15.637.650,42	2.284.549,22	64.695.286,24
2015	17.999.032,72	16.806.471,68	1.192.561,04	69.769.564,45
2016	18.038.232,29	17.918.906,29	119.326,00	74.075.064,32
2017	18.443.925,13	19.785.982,74	-1.342.057,61	77.177.510,57
2018	17.913.177,60	21.241.366,67	-3.328.189,07	78.479.972,13
2019	17.926.801,13	21.436.103,92	-3.509.302,79	79.679.467,67
2020	18.221.917,63	22.328.525,88	-4.106.608,25	80.353.627,48
2021	17.104.427,49	22.782.642,04	-5.678.214,55	79.496.630,58
2022	17.632.647,23	22.933.210,35	-5.300.563,12	78.965.865,29
2023	17.559.757,04	23.544.205,60	-5.984.448,56	77.719.368,65
2024	17.010.915,39	23.408.732,17	-6.397.816,78	75.984.713,99
2025	16.922.385,63	23.900.088,61	-6.977.702,98	73.566.093,85
2026	16.381.361,85	23.569.977,10	-7.188.615,25	70.791.444,23
2027	16.432.609,15	23.311.979,85	-6.879.370,70	68.159.560,18
2028	16.103.858,15	23.443.039,99	-7.339.181,84	64.909.951,95
2029	15.857.035,41	23.199.408,68	-7.342.373,27	61.462.175,80
2030	15.882.892,22	22.648.777,28	-6.765.885,06	58.384.021,29
2031	15.781.126,50	21.885.312,00	-6.104.185,50	55.782.877,07
2032	15.964.287,03	21.496.317,31	-5.532.030,28	53.597.819,41
2033	16.179.529,62	20.334.526,55	-4.154.996,93	52.658.691,64
2034	15.778.249,51	19.856.364,86	-4.078.115,35	51.740.097,79
2035	15.033.281,16	18.672.983,15	-3.639.701,99	51.204.801,67
2036	15.059.242,78	18.446.562,19	-3.387.319,41	50.889.770,36
2037	15.164.924,94	17.585.798,54	-2.420.873,60	51.522.282,98
2038	15.392.704,66	17.299.640,86	-1.906.936,20	52.706.683,76
2039	15.103.107,10	17.208.674,12	-2.105.567,02	53.763.517,77
2040	13.981.314,31	16.752.760,56	-2.771.446,25	54.217.882,59
2041	13.756.613,00	16.317.030,55	-2.560.417,55	54.910.538,00
2042	13.220.287,04	15.775.601,58	-2.555.314,54	55.649.855,74
2043	12.920.654,25	15.470.251,70	-2.549.597,45	56.439.249,63
2044	12.578.263,09	15.266.361,83	-2.688.098,74	57.137.505,87
2045	11.179.933,16	15.016.855,99	-3.836.922,83	56.728.833,39
2046	10.797.348,46	14.651.822,58	-3.854.474,12	56.278.089,27
2047	10.491.596,72	14.363.997,55	-3.872.400,83	55.782.373,80
2048	9.953.808,94	13.960.410,20	-4.006.601,26	55.122.714,97
2049	9.686.767,68	13.326.731,69	-3.639.964,01	54.790.113,86
2050	9.376.901,93	12.770.358,46	-3.393.456,53	54.684.064,16
2051	9.099.321,51	12.128.466,17	-3.029.144,66	54.935.963,35
2052	8.726.839,76	11.771.714,65	-3.044.874,89	55.187.246,26



2053	8.594.534,65	11.436.192,01	-2.841.657,36	55.656.823,68
2054	8.392.239,17	11.317.915,12	-2.925.675,95	56.070.557,15
2055	7.986.877,48	11.337.510,10	-3.350.632,62	56.084.157,96
2056	7.971.765,33	11.410.387,47	-3.438.622,14	56.010.585,30
2057	7.836.212,40	10.615.556,45	-2.779.344,05	56.591.876,37
2058	7.371.111,33	10.733.696,10	-3.362.584,77	56.624.804,18
2059	7.018.332,47	10.755.380,26	-3.737.047,79	56.285.244,64
2060	6.879.944,95	10.818.901,42	-3.938.956,47	55.723.402,85
2061	6.789.640,16	10.845.053,11	-4.055.412,95	55.011.394,07
2062	6.788.429,94	10.801.410,64	-4.012.980,70	54.299.097,01
2063	6.746.565,59	9.843.927,96	-3.097.362,37	54.459.680,46
2064	6.694.489,88	9.749.777,52	-3.055.287,64	54.671.973,65
2065	6.561.234,25	9.539.384,23	-2.978.149,98	54.974.142,09
2066	6.584.387,86	9.241.751,16	-2.657.363,30	55.615.227,32
2067	6.317.626,87	9.207.999,47	-2.890.372,60	56.061.768,36
2068	6.033.761,95	9.200.113,53	-3.166.351,58	56.259.122,88
2069	5.617.797,50	9.294.368,67	-3.676.571,17	55.958.099,08
2070	5.250.539,11	9.297.527,89	-4.046.988,78	55.268.596,24
2071	5.030.116,27	8.859.234,82	-3.829.118,55	54.755.593,46
2072	4.888.300,02	8.674.576,18	-3.786.276,16	54.254.652,91
2073	4.603.307,07	8.345.192,34	-3.741.885,27	53.768.046,81
2074	4.579.840,74	7.364.457,08	-2.784.616,34	54.209.513,28
2075	4.534.715,01	7.002.959,11	-2.468.244,10	54.993.839,98
2076	4.490.742,97	6.629.249,97	-2.138.507,00	56.154.963,38
2077	4.389.079,67	6.116.360,25	-1.727.280,58	57.796.980,60
2078	4.312.847,14	5.754.355,19	-1.441.508,05	59.823.291,39
2079	4.132.009,34	5.540.193,63	-1.408.184,29	62.004.504,58
2080	4.065.484,06	5.286.815,25	-1.221.331,19	64.503.443,66
2081	3.973.943,95	4.913.071,84	-939.127,89	67.434.522,39
2082	3.933.684,44	4.728.183,17	-794.498,73	70.686.095,00
2083	3.785.301,20	4.801.951,85	-1.016.650,65	73.910.610,05
2084	3.552.371,94	4.845.652,62	-1.293.280,68	77.051.965,97
2085	3.308.399,43	4.820.042,99	-1.511.643,56	80.163.440,37

FONTE Atuarío Vitor Hugo Benevito Faria - MBA 994 - Reavaliação Atuarial em 15/04/2010

LEI Nº 2898, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009**DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2010 A 2013.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINHARES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os Programas com seus respectivos objetivos, indicadores, metas e custos, abrangendo as despesas de capital e outras delas decorrentes e também as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos anexos.

Art. 2º As prioridades e metas para o ano 2010, conforme estabelecido no Art. 2º da Lei 2856/2009, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2010, estão especificadas no Anexo X a esta Lei.

Art. 3º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostas pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei específico.

Art. 4º A inclusão, exclusão ou alteração de ações e de suas metas e valores que envolvam recursos do orçamento municipal seguirão o que constar da lei orçamentária anual do município, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações subseqüentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores e as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 5º O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 31 de outubro de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados e a revisão deste Plano

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Prefeitura Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove.

GUERINO LUIZ ZANON
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NESTA SECRETARIA, DATA SUPRA.

AMANTINO PEREIRA PAIVA
Secretário Municipal de Administração e dos Recursos Humanos

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Linhares.

LEI Nº. 2856, DE 30 DE JUNHO DE 2009.**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINHARES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no Inciso II e nos § 2º e 10, do artigo 119, da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Linares, para o exercício de 2010, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município e suas alterações;
- IV - as diretrizes para execução da Lei Orçamentária Anual;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições finais.

CAPÍTULO I**Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2010 deverão observar os eixos estratégicos estabelecidos pelo governo municipal.

§ 1º Os eixos estratégicos que orientarão os programas e ações serão:

- I - fortalecimento da democracia com participação popular plena e gestão transparente;
- II - políticas de desenvolvimento sistêmicas, com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade;
- III - Desenvolvimento equilibrado entre as microrregiões que compõe o município

§ 2º As prioridades e metas, estabelecidas a partir dos eixos estratégicos, são:

- I - Plena divulgação dos atos públicos e interação dos processos entre governo e população, favorecendo os mecanismos de controle social;
- II - Maximizar procedimentos, a relação com o contribuinte e implantar políticas permanentes de desenvolvimento dos servidores públicos;
- III - Renovar as práticas de manutenção da cidade, com ações participativas e descentralizadas;
- IV - Ampliar o acesso à moradia na cidade e no campo e aumentar o número de imóveis e terrenos regularizados;
- V - Urbanizar áreas de ocupação irregular, revitalizar áreas da cidade que impactam na dinâmica e qualidade de vida das pessoas, incluindo políticas de ocupação de vazios urbanos;
- VI - Promover o controle e a proteção ambiental por meio da educação, licenciamento, fiscalização, gestão de resíduos sólidos urbanos, recuperação de áreas degradadas, ampliar o índice de coleta e tratamento de esgoto e direcionar a gestão municipal para a consciência ambiental no uso de materiais e padrão das obras públicas;
- VII - Facilitar a acessibilidade e a mobilidade urbana, melhorando a interligação entre os bairros, expandindo e conservando a malha viária, aumentando do número de usuários de ciclovias e melhorando o sistema de trânsito central;
- VIII - Ampliar o número de vagas na educação infantil e manter a universalização do ensino fundamental indiscriminado, melhorando as estruturas e a qualidade dos serviços;
- IX - Viabilizar o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e da sociedade digital;

X - Expandir o curso médio e profissionalizante, ampliar oportunidades de acesso ao ensino superior e melhorar o ensino voltado para as famílias das áreas rurais;

XI - Estimular os pequenos empreendimentos, a formação e o desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda para as famílias da área urbana e rural;

XII - Desenvolver projetos para o setor industrial, aproveitando as possibilidades do gás produzido em Cacimbas e aprofundar os estudos de implantação de novas indústrias;

XIII - Consolidar o Município para o turismo de negócios e de lazer promovendo atrativos turísticos e melhoria na infraestrutura turística;

XIV - Ampliar, adequar, melhor e interligar a rede de assistência social, promovendo a proteção com objetivo de emancipação social;

XV - Melhorar as condições de promoção da saúde desde a prevenção até a ampliação do acesso aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada;

XVI - Otimizar mecanismos de promoção à cultura da paz, promovendo ações preventivas de segurança, integrando-se às demais esferas do governo com qualificação da guarda;

XVII - Alavancar o desenvolvimento de políticas que tenham a cultura como um centro impulsionador do desenvolvimento das potencialidades humanas, criando formas de estimular o acesso aos bens e equipamentos culturais, a criação e o conhecimento;

Art. 3º Observadas as prioridades definidas no Artigo anterior, as metas programáticas correspondentes terão precedência na alocação dos recursos orçamentários de 2010 e as estabelecidas no Plano pluriannual (2010-2013).

CAPÍTULO II **Da Organização e Estrutura dos Orçamentos**

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e da seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, explicitando para cada projeto e atividade, as respectivas metas e valores das despesas por grupo e modalidade de aplicação.

§ 1º A classificação funcional-programática seguirá o disposto na portaria nº 42, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14.04.99.

§ 2º Os Programas, classificadores da ação Governamental, pelos quais os objetivos da Administração se exprimem, são aqueles constantes do Plano Plurianual 2010 - 2013 e suas alterações.

§ 3º Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a portaria interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- a) pessoal e encargos sociais (1);
- b) juros e encargos da dívida (2);
- c) outras despesas correntes (3);
- d) investimentos (4);
- e) inversões financeiras (5);
- f) amortização da dívida (6).

§ 4º A reserva de contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo.

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resultam um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, atendidos estes como os de maior nível de classificação institucional.

Art. 6º Cada Programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 7º Cada atividade e projeto identificarão a função, a subfunção, o Programa de Governo, a unidade e o Órgão Orçamentário, às quais se vinculam.

Art. 8º As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas e atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, conforme a Legislação vigente, até o dia 30 (trinta) de outubro de 2009, será elaborado atendendo ao disposto nas Portarias nºs. 42, de 14 de abril de 1999, 163 de 04 de maio de 2001 e a 248 de 28 de abril de 2003.

Art. 10 Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Municipais, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 11 Para efeito do disposto no Artigo 9º, desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará sua Proposta Orçamentária para o exercício de 2010, para fins de análise e consolidação até o dia 30 de outubro de 2010, e será elaborado em conformidade com o que estabelece as Portarias nºs. 42, de 14 de abril de 1999, 163, de 04 de maio de 2001 e 248, de 28 de abril de 2003.

Parágrafo único Para efeito do disposto no Artigo 29-A, da Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000, será de 7%, o total máximo da despesa do Poder Legislativo, em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no Parágrafo 5º, do Artigo 153, e nos Artigos 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente arrecadados no ano de 2009.

Art. 12 Os orçamentos fiscais e de seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, segundo a classificação por função e subfunção, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando, para cada uma, o elemento a que se refere a despesa.

§ 1º As categorias de programação de que trata o caput deste artigo serão identificados por projetos ou atividades.

§ 2º As modificações propostas nos termos do Artigo 166, Parágrafo 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos orçamentários da proposta original.

Art. 13 Os Projetos de Leis e Créditos Adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a Lei de Orçamento Anual.

Art. 14 Integrará o projeto de lei orçamentária, os projetos relativos às demandas aprovadas pelo processo do Orçamento Participativo e Congresso da Cidade que definirá as obras ou serviços que terão prioridades para a sua execução.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração do Orçamento do Município e suas Alterações

Art. 15 As Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município têm por objetivo a sua elaboração e execução visando garantir o equilíbrio entre receita e despesa em conformidade com o inciso I, alínea "a", do artigo 4º, da Lei Complementar 101.

I - as receitas e despesas do programa de trabalho deverão obedecer à classificação constante do Anexo I, da Lei n.º. 4320, de 17 de março de 1964 e de suas alterações;

II - as receitas e despesas serão orçadas a preços de março de 2009 e poderão ter seus valores corrigidos na Lei Orçamentária Anual, pela variação de preços ocorrida no período compreendido entre os meses de abril e novembro de 2009, medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas - **IGPM - FGV**, e os projetados para dezembro de 2009, ou por outro índice oficial que vier substituí-lo.

Parágrafo único Os processos de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária e de execução do orçamento deverão ser realizados de modo a promover a transparência do gasto público, inclusive por meio eletrônico, observando-se, também, o princípio da publicidade, favorecendo o acompanhamento.

Art. 16 Na programação da despesa serão observadas restrições:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - não poderão ser incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do parágrafo 3º, do art. 167, da Constituição Federal e no parágrafo 3º, do artigo 121, da Lei Orgânica Municipal;

III - o Município poderá contribuir para custeio de despesa de competência de outros entes da Federação, quando atendido o disposto no art. 62, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

IV - pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Pública Municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de Direito Público ou Privado, nacionais ou internacionais, pelo órgão ou por entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado.

Art. 17 A programação dos investimentos para o exercício de 2010, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em execução, ressalvados aqueles custeados com recursos de convênios específicos, observando a contrapartida.

I - somente serão incluídos, na lei orçamentária, os investimentos para os quais tenham sido previstas, no Plano Plurianual (2010-2013), ações que assegurem sua manutenção;

II - os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 18 O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual (2010-2013), que tenham sido objeto de projetos de lei.

Art. 19 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 20 As dotações nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de Projetos na Lei Orçamentária Anual do Município.

Art. 21 É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos, para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Art. 22 Poderá ser consignada dotação para Reserva de Contingência em valor não superior a 1% (um por cento), no máximo, da receita corrente líquida, definida no artigo 23, desta Lei.

Art. 23 Considerando o parágrafo único do artigo 8º, da Lei Complementar n.º 101, fica entendido como receita corrente líquida a definição estabelecida no artigo 2º, inciso IV, da citada Lei, excluindo das transferências correntes os recursos de convênios, inclusive seus rendimentos, que tenham vinculação à finalidade específica.

Art. 24 Ficam as seguintes despesas sujeitas à limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas nos Artigos 9º e 31, Inciso II, § 1º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000:

I - despesas com obras e instalações, aquisição de imóveis e compra de equipamentos e materiais permanentes;

II - despesas de custeio não relacionadas aos projetos prioritários.

Parágrafo único Não serão passíveis de limitação às despesas concernentes às ações nas áreas de educação e saúde.

Art. 25 No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e de movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, do art. 31, da Lei Complementar n.º 101/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na lei orçamentária anual, e indicará sobre "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras".

Art. 26 A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecida em anexo, deverá, ainda, manter superavitária a receita corrente frente à despesa corrente, com a finalidade de comportar a programação de investimentos.

Art. 27 As alterações no Quadro de Detalhamento de Despesa, no nível do elemento de despesa, observados os mesmos grupos de despesa, categoria econômica, modalidade de aplicação, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser procedidas para atender necessidades de execução.

§ 1º As alterações, para efeitos do caput deste artigo, compreendem transferências de saldos orçamentários entre elementos de despesa, facultada a inserção de elemento de despesa.

§ 2º Caberá ao Secretário de Finanças, por meio de Portaria, instituir as referidas alterações.

CAPÍTULO IV **Das Disposições sobre alterações da Legislação Tributária**

Art. 28 Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual a Câmara Municipal, que impliquem excesso de arrecadação em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, nos termos da Lei n.º. 4.320, de 17 de março de 1964, no decorrer do exercício de 2010.

Parágrafo único As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, Taxas de Limpeza Pública, coleta de lixo e contribuição para custeio da Iluminação Pública, deverão constituir objeto de projeto de lei a ser enviado a Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimento do Município.

Art. 29 Quaisquer projetos de leis que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- I - atendimento do art. 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;
- II - demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social.

CAPÍTULO V **Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**

Art. 30 As despesas totais com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo no exercício de 2010, observarão o estabelecido nos Artigos 19, 20 e 71, da Lei Complementar nº.101, de 04 de maio de 2000 e terão por base a despesa da folha de pagamento de abril de 2009, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive alterações de plano de carreira e admissões para preenchimento de cargos.

Art. 31 A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivos e Legislativo, somente serão admitidos se, cumulativamente:

- I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II - observarem os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº. 101, de 2000;
- III - observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Parágrafo único O reajustamento de remuneração de pessoal deverá respeitar as condições estabelecidas nos incisos I, II e III, deste artigo.

CAPÍTULO VII **Das Disposições Finais**

Art. 32 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sua adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Art. 33 O projeto de Lei Orçamentária Anual será devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Parágrafo único Na hipótese de o projeto de que trata o caput deste artigo não ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a Câmara será convocada com fins específicos de votação do projeto de lei orçamentária do orçamento anual.

Art. 34 Não havendo a sanção da lei orçamentária anual até o dia 31 de dezembro de 2009, fica autorizada sua execução nos valores originalmente previstos no projeto de lei proposto, na razão de 1/12 (um doze avos), do total de cada dotação, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.

§ 1º Os valores da receita e despesa que constarem do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010, poderão ser atualizados de conformidade com o que estabelece o Art. 15, Inciso II desta Lei.

§ 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentado em sua totalidade, as dotações para atender despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida;
- III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operação de crédito ou de transferências da União e do Estado;
- V - categoria de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aqueles recursos previstos no inciso anterior;

VI - benefícios previdenciários a cargo do IPASLI;

VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2010 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2010;

VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada.

Art. 35 O Poder Executivo publicará no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da Despesa QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivos projetos e atividades.

Art. 36 Em atendimento a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, Lei Complementar nº 131 de maio de 2009 e a Lei Orgânica Municipal, a elaboração do orçamento deverá contar com a participação popular.

Parágrafo único O Poder Executivo Municipal apresentará anexo à Lei Orçamentária Anual em que constarão as demandas priorizadas no orçamento participativo.

Art. 37 Estende-se, para efeito do § 3º, do Art. 16, de Lei Complementar nº. 101, de 2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos Incisos I e II, do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 38 Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício financeiro de 2009 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2010, conforme o disposto no § 2º, do Art. 167, da Constituição Federal.

Art. 39 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Prefeitura Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e nove.

Guerino Luiz Zanon
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NESTA SECRETARIA, DATA SUPRA.

Amantino Pereira Paiva
Secretário Municipal de Administração e dos Recursos Humanos

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Linhares.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

ANEXO I

Art. 4º Lei Complementar 101/2000.

§ 1º Metas anuais, relativas a Receita, Despesa, Resultado Nominal e Primário e Montante da Dívida Pública (Valores Correntes e Constantes).

§ 2º O anexo conterá ainda:

I - Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior;

II - Memória e Metodologia de Cálculo;

III - Evolução do Patrimônio Líquido;

IV - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Linhares.

V - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; demonstrativo da estimativa de renúncia de receita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

ANEXO I

METAS FISCAIS

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2010

ANEXO I - METAS FISCAIS

Art. 4º § 1º - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

R\$ 1,00 valores correntes de março/2009

Descrição	2010	2011	2012
1 - Receita Total	286.387.667	306.275.112	329.553.900
2 - Receitas Primárias	274.932.160	294.024.107	316.371.744
3 - Despesa Total	286.387.667	306.275.112	329.553.900
4 - Despesa Primária	156.711.331	170.535.722	182.862.868
5 - Resultado Primário	78.220.829	123.488.385	133.508.876
6 - Resultado Nominal	5.727.753	(1.600.000)	11.125.515
7 - Estoque da Dívida	19.000.000	17.400.000	28.525.515

ANEXO I - METAS FISCAIS

Art. 4º § 1º - Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

R\$ 1,00 valores constantes

Descrição	2010	2011	2012
1 - Receita Total	273.500.222	289.429.981	311.428.436
2 - Receitas Primárias	264.474.714	283.062.521	300.839.869
3 - Despesa Total	268.030.218	282.390.458	307.379.866
4 - Despesa Primária	150.750.586	166.202.324	174.186.284
5 - Resultado Primário	113.724.128	116.860.197	126.653.585
6 - Resultado Nominal	5.470.004	(1.702.000)	11.585.559
7 - Estoque da Dívida	18.145.000	16.443.000	28.028.559

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2009

O orçamento do Município de Linhares, atualizado pelo IGP-M base março/09, para o exercício de 2009 foi estimado em R\$ R\$ 268.750.731,51 (Lei Orçamentária Anual nº 2745/07). As metas fiscais da referida Lei, tiveram previsão de resultado nominal e primário nulas. Porém, os resultados observados apontam para resultado positivo de 6,1%.

Com relação aos resultados efetivamente apurados e constantes do Balanço 2008 do Município a receita realizada alcançou o montante de R\$ 305.917.903,52. Desse montante o orçamento corrente representou 93,3% da arrecadação, as receitas de capital apresentaram 3,2%, enquanto as transferências intraorçamentárias 3,5%, completando os principais grandes grupos da receita.

Comparando com o ano anterior, 2007, a receita tributária teve um aumento nominal de aproximadamente 48%, superando a meta estabelecida. As receitas de capital aumentaram em mais de 60%. Isso demonstra uma maior eficiência tributária, contribuindo para a expansão do investimento público.

Por outro lado, as despesas sofreram significativo aumento das despesas administrativas e com grande destaque para a Previdência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

ANEXO I - METAS FISCAIS

Memórias e Metodologia do Cálculo
(art. 4, parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).

Projetamos uma queda real de receita na ordem de 13%. Considerando a Receita total em 2008 de R\$305.335.589,09, a LDO para o exercício de 2009 apresentou uma distância de projeção real de aproximadamente - 9%.

Conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - este anexo apresenta a evolução e estimativa da receita e da despesa a preços correntes e constantes. Os valores tabelados a preços constantes têm o mês de março de 2009 como referência.

Estima-se que a receita corrente para este ano, baseado no comportamento de desaquecimento econômico com observação de deflação, tenha uma queda real de pouco mais de 12% com relação ao ano de 2008, alcançando um valor aproximado a R\$274.055.183.

Para 2010, assumindo uma postura conservadora, projetamos um aumento real nulo, e um crescimento inflacionário de 4,45%, de acordo com as previsões do BACEN.

Com a efetivação do PNAFM, a modernização tributária deve surtir seus efeitos mais significativos em 2011, Por isso projetamos um crescimento real de aproximadamente 1,4%, além do acréscimo inflacionário de 5,5%.

Para o último ano de governo, 2012, além das previsões de um maior nível investimento em virtude da finalização do cumprimento das metas fixadas no Plano de governo, temos uma estimativa de crescimento real da receita impulsionada pelo ajuste cíclico da economia positivo, além da resposta de ações como a estruturação da diretoria de captação de recursos e o PNAFM. Para tanto projetamos uma receita de aproximadamente R\$330 milhões, representando um crescimento real de apenas 5,6% com relação ao ano de 2008. Com relação às despesas, o aumento relativo de 30%, considerando o comportamento dos anos anteriores, para o último ano de governo, representa acréscimo do nível de investimento, o que deverá acarretar em controle maior do custeio.

O estoque da dívida corresponde à posição da dívida em dezembro de cada exercício, depois de deduzidas as amortizações previstas, acrescidas das inscrições esperadas no respectivo período. Também para o ano de 2012, consideramos a efetivação das operações de crédito necessárias para investimentos estruturais no Município, já em estudo neste primeiro ano de governo.

**Anexo Metas Fiscais - Inciso I, § 2º, art. 4º,
Lei Complementar 101/2000 de 04/05/2000**

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

Subsidiando tecnicamente as projeções que constam do Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária, para o exercício de 2010, apresentamos a base metodológica, bem como a memória de cálculo utilizada na composição dos valores informados, com base nos seguintes percentuais de previsão de inflação e projeção de crescimento real:

Projeção do Crescimento Real e Nominal			
ANO	Inflação	Cresc. Real	Resultado Nominal
2010	4,5%	0	4,5%
2011	5,5%	1,4%	6,9%
2012	5,5%	3%	8,8%

As projeções de inflação e de crescimento do real seguem as perspectivas de comportamento do IGP-M e de expansão do PIB projetadas pelo Governo Federal.

ANEXO DE METAS FISCAIS
Art. 4º, § 2º, Inciso III – Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

EM R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2006		2007		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio	22.258.012,98	22,9%	24.604.011,86	20,2%	30.300.539,83	19,9%
Reserva						
Resultado Acumulado	74.890.144,35	77,1%	97.148.157,33	79,8%	121.752.169,19	80,1%
TOTAL	97.148.157,33	100%	121.752.169,19	100%	152.052.709,02	100,0%

ANEXO DE METAS FISCAIS

**Art. 4º e § 2º, Inciso III – Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000
(Lei de Responsabilidade Fiscal)**

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A
ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Em R\$1,00

	2006	2007	2008
	Valor	Valor	Valor
Receitas de Capital	7.198.604,96	6.514.460,98	10.200.427,50
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	28.136.100,81	33.176.545,50	61.999.639,47

º e § 2º, Inciso IV – Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

aliação financeira e atuarial do Regime de Previdência dos Servidores do Município de Linhares

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS					
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL					
exo V (LRF; Art. 53, inciso II)					1,00
PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS R. PERÍODO	ATÉ O PERÍODO/2009	ATÉ O PERÍODO/2008
S PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	4.275.900,00	4.672.111,43	1.339.511,74	1.339.511,74	2.155.244,67
CORRENTES	4.175.900,00	4.572.111,43	1.262.208,71	1.262.208,71	1.919.600,97
Contribuições	4.110.100,00	4.110.100,00	800.297,28	800.297,28	1.608.761,07
Contribuição	4.110.100,00	4.110.100,00	800.297,28	800.297,28	1.608.761,07
Contribuição de Servidor Ativo Civil	4.100.000,00	4.100.000,00	800.297,28	800.297,28	1.608.761,07
Contribuição de Servidor Inativo Civil	10.000,00	10.000,00			
Contribuição de Pensionista Civil	100,00	100,00			
Contribuição Trimonial	65.700,00	461.911,43	461.911,43	461.911,43	310.839,90
Contribuições Mobiliárias					
Contribuição e Valores Mobiliários	65.700,00	461.911,43	461.911,43	461.911,43	310.839,90
Receitas Patrimoniais					
Receitas Correntes	100,00	100,00			
Contribuição Previdenciária do RGPS para					
Receitas Correntes	100,00	100,00			
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00	77.303,03	77.303,03	235.643,70
Receitas de Bens					
Contribuição de Empréstimos	100.000,00	100.000,00	77.303,03	77.303,03	235.643,70
Receitas de Capital					
S PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	7.000.200,00	7.000.200,00	1.430.354,60	1.430.354,60	3.410.757,96
S PREVIDENCIÁRIOS PARA RA DE DÉFICIT					
S PREVIDENCIÁRIOS PARA RA DE DÉFICIT					
APORTES AO RPPS (V)					
S RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (I + II + III + V)	11.276.100,00	11.672.311,43	2.769.866,34	2.769.866,34	5.566.002,63
PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS NO PERÍODO	ATÉ O PERÍODO/2009	ATÉ O PERÍODO/2008
S PREVIDENCIÁRIAS - RPPS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	11.266.400,00	11.266.400,00	1.438.717,37	1.438.717,37	1.120.641,89
RAÇÃO	261.400,00	261.400,00	16.148,41	16.148,41	14.469,69
Correntes	221.300,00	221.300,00	16.148,41	16.148,41	14.469,69
de Capital	40.100,00	40.100,00			
CIA SOCIAL	11.005.000,00	11.005.000,00	1.422.568,96	1.422.568,96	1.106.172,20
Contribuição	11.005.000,00	11.005.000,00	1.422.568,96	1.422.568,96	1.106.172,20
Contribuições	8.000.000,00	8.000.000,00	1.113.513,80	1.113.513,80	847.497,54
Contribuições	3.000.000,00	3.000.000,00	308.756,15	308.756,15	258.142,78
Benefícios Previdenciários	5.000,00	5.000,00	299,01	299,01	531,88
S DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VII + VIII)	11266400	11.266.400,00	1.438.717,37	1.438.717,37	1.120.641,89
DO PREVIDENCIÁRIO	9.700,00	405.911,43	1.331.148,97	1.331.148,97	4.445.360,74
RECURSOS DISPONIBILIDADES E INVESTIMENTOS DO RPPS	PERÍODO ANTERIOR		PERÍODO REFERÊNCIA		
				2009	2008
Contribuição Movimento	1.742.942,53		1.301.834,52		441.143,69
Contribuições	21.183.682,83		22.963.362,66		13.299.516,55
PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS NO PERÍODO	ATÉ O PERÍODO/2009	ATÉ O PERÍODO/2008
S CORRENTES	7.000.200,00	7.000.200,00	1.430.354,60	1.430.354,60	3.410.757,96
Contribuições	7.000.200,00	7.000.200,00	1.430.354,60	1.430.354,60	3.410.757,96
Contribuição	7.000.200,00	7.000.200,00	1.430.354,60	1.430.354,60	3.410.757,96
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	7.000.000,00	7.000.000,00	1.430.354,60	1.430.354,60	3.410.757,96

ção Patronal de Servidor Inativo	100,00	100,00			
ção Patronal de Pensionista Civil	100,00	100,00			
ÇÕES DA RECEITA					
IS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ANUAIS	7.000.200,00	7.000.200,00	1.430.354,60	1.430.354,60	3.410.757,96

MUNICÍPIO DE LINHARES – ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2010

AMF – DEMONSTRATIVO VI (LRF, art.4º, § 2º, Inciso IV, alínea a)

EM R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2008	14.928.207,02	8.317.214,75	28.437.933,96	28.437.933,96
2009	15.124.829,33	9.181.104,60	36.087.934,73	64.525.868,69
2010	15.205.972,79	10.065.315,54	43.393.868,06	107.919.736,75
2011	15.291.028,13	11.043.242,59	50.245.285,68	158.165.022,43
2012	15.378.381,52	12.020.465,27	56.617.919,07	214.782.941,50
2013	15.477.032,77	13.139.996,52	62.352.030,46	277.134.971,96
2014	15.462.211,81	14.217.913,11	67.337.450,99	344.472.422,95
2015	15.539.364,97	14.835.301,31	72.081.761,71	416.554.184,66
2016	15.890.655,44	16.232.419,11	76.064.903,74	492.619.088,40
2017	15.302.820,11	16.585.072,81	79.346.545,26	571.965.633,66
2018	15.674.018,71	17.745.244,80	82.036.111,89	654.001.745,55
2019	14.813.175,84	18.412.365,58	83.359.088,86	737.360.834,41
2020	14.513.087,46	18.788.212,09	84.085.509,56	821.446.343,97
2021	14.494.094,37	19.525.039,03	84.099.695,47	905.546.039,44
2022	13.865.889,37	19.489.046,20	83.522.520,37	989.068.559,81
2023	13.860.675,79	19.978.300,69	82.416.246,69	1.071.484.806,50
2024	13.463.445,88	19.989.751,99	80.834.915,38	1.152.319.721,88
2025	13.443.434,52	20.061.404,97	79.067.039,85	1.231.386.761,73
2026	13.182.383,77	20.020.792,56	76.972.653,45	1.308.359.415,18
2027	12.931.157,35	19.769.879,31	74.752.290,70	1.383.111.705,88
2028	12.961.093,72	19.597.236,04	72.601.285,82	1.455.712.991,70
2029	12.761.115,07	18.908.424,97	70.810.053,07	1.526.523.044,77
2030	12.913.521,51	18.270.284,31	69.701.893,45	1.596.224.938,22
2031	13.188.736,86	18.053.323,15	69.019.420,77	1.665.244.358,99
2032	12.735.075,69	18.029.211,40	67.866.450,31	1.733.110.809,30
2033	12.169.510,88	17.546.746,50	66.561.201,71	1.799.672.011,01
2034	12.119.092,10	17.093.014,97	65.580.950,94	1.865.252.961,95
2035	12.218.561,50	16.731.999,64	65.002.369,86	1.930.255.331,81
2036	12.393.679,35	16.529.666,02	64.766.525,38	1.995.021.857,19
2037	12.437.048,46	16.155.078,24	64.934.487,12	2.059.956.344,31
2038	11.481.504,51	15.690.474,00	64.621.586,86	2.124.577.931,17
2039	11.363.892,88	15.275.515,83	64.587.259,12	2.189.165.190,29
2040	11.246.268,87	14.797.929,92	64.910.833,62	2.254.076.023,91

Fonte: Vitor Hugo Benevenuto Faria – Atuário
Nota: Projeção atuarial elaborada em 09/09/2008.